

Contribuições da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais: uma visão teórica

Eliane Pellegrini

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil

Elizete Vieira Vitorino

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Brasil

ORIGINAL

Resumo

Objetivo. Explorar, a partir da literatura, as contribuições do desenvolvimento da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais, como população socialmente vulnerável e que é inibida de participar plenamente da sociedade em função das desigualdades de gênero.

Método. Trata-se de uma revisão narrativa de literatura. Foram utilizados diferentes tipos de documentos produzidos no Brasil e em outros países e publicados entre os anos de 2000 e 2019.

Resultados. As mulheres rurais têm um papel central no trabalho do campo, na produção de alimentos e na garantia da subsistência da família. Entretanto, na realidade social brasileira, há diversos fatores que as colocam em vulnerabilidade social. Visualizamos que o desenvolvimento da competência em informação, nas quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011), pode contribuir de diversas formas para o processo de empoderamento de mulheres rurais, tornando-as menos vulneráveis e atuando no restabelecimento das relações sociais e sociofamiliares.

Conclusões. O desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais é uma temática ainda pouco explorada na literatura de Ciência da Informação, apesar de sua relevância para o empoderamento, especialmente, quando associada ao acesso à informação, ao uso das TICs e ao aprendizado ao longo da vida.

Palavras-chave:

Competência em informação; empoderamento; mulheres rurais; vulnerabilidade social.

Contributions of information literacy to the empowerment of rural women: a theoretical perspective

Abstract

Objective. To explore, from the literature, the contributions of the development of information literacy to the empowerment of rural women, as a socially vulnerable population that is inhibited from fully participating in society due to gender inequalities.

Method. This is a narrative literature review. We used different types of documents produced in Brazil and other countries and published between 2000 and 2019.

Results. Rural women have a central role in field work, food production and ensuring the subsistence of the family. However, in Brazilian social reality, there's several factors that place them in social vulnerability. We visualize that the development of information literacy, in the four dimensions proposed by Vitorino and Piantola (2011), can contribute in several ways to the process of empowerment of rural women, making them less vulnerable and acting in the re-establishment of social and socio-family relations.

Conclusions. The development of information literacy of rural women is a theme still little explored in the Information Science literature, despite its relevance for empowerment, especially when associated with access to information, use of ICT and lifelong learning.

Keywords:

Empowerment; information literacy; rural women; social vulnerability.

1 Introdução

A informação, na atualidade, é considerada o insumo intelectual mais importante para o desenvolvimento do indivíduo e das nações. “A sociedade da informação e do conhecimento é a nova reconfiguração social que se apresenta no século XXI” (SATUR; SILVA, 2020, p. 2) e ela se caracteriza pelo acesso e uso intensivo de recursos e tecnologias informacionais para a tomada de decisão nas mais diversas áreas da vida.

Nessa configuração, preconiza-se que as pessoas devem aproveitar as oportunidades, fazer escolhas e ter capacidades, poderes e conhecimentos de forma igualitária, como cidadãos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2017). Quando indivíduos têm acesso às informações precisas, relevantes e oportunas, eles podem tomar decisões melhores. Não basta, entretanto, ter acesso à informação e ser alfabetizado. Para participar plenamente dessa sociedade, exige-se do cidadão competência em informação.

O que se observa, no entanto, é que alguns grupos sociais permanecem à margem, excluídos ou parcialmente incluídos, desse cenário. É o caso das mulheres que vivem em áreas rurais, responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e à comercialização de alimentos, e pelas práticas agroecológicas e de reprodução de sementes crioulas, além de manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares (BRASIL, 2019). É nas áreas rurais que acontecem as atividades do setor primário, como agricultura, pecuária, extrativismo, caça entre outras.

Ainda hoje, as mulheres rurais enfrentam restrições que tanto inibem seu fortalecimento quanto afetam de forma negativa a produtividade agrícola e o desenvolvimento rural. De modo geral, as mulheres rurais têm menos acesso a recursos produtivos, serviços e oportunidades, incluindo educação e informação agrícola. Elas operam propriedades agrícolas menores do que os homens. Muitas vezes, elas trabalham sem remuneração e, quando são remuneradas, têm maior probabilidade de ter salários mais baixos pelo mesmo trabalho executado pelos homens. Além disso, as mulheres rurais carregam, desproporcionalmente, o fardo do trabalho doméstico e do trabalho manual, o que limita tanto a mobilidade quanto o tempo livre para fazer outras atividades (ISENBERG, 2019), como, por exemplo, acessar informações e aprender a usar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) quando possuem o acesso.

Dados da *International Telecommunication Union* (ITU) mostram que a população rural tem os níveis mais baixos de acesso às TIC e, na maioria das vezes, permanecem em segundo plano nas políticas públicas de acesso às tecnologias. Em se tratando especificamente das mulheres rurais, os dados revelam que elas são atualmente (e sempre foram) as últimas na fila também em termos de uso de TIC. Elas enfrentam restrições materiais, sociais e culturais à adoção das TIC e são impedidas de serem incluídas na sociedade da informação e do conhecimento por fatores ambientais (ISENBERG, 2019).

Sem acesso razoável à informação e às tecnologias da informação e comunicação (TIC) e, mais do que isso, sem competência em informação, pessoas que vivem em áreas rurais são marginalizadas em seu papel de cidadãos. As comunidades rurais ganham poder quando podem controlar seus ambientes de informação por meio do uso e da criação de conhecimento. Na era digital, isso pressupõe acesso equitativo e não discriminatório às oportunidades básicas de alfabetização para que a população rural possa criar e disseminar informações relevantes. A capacidade de acessar e fazer uso desses recursos, muitas vezes, marca a diferença entre aqueles que prosperam e aqueles que são deixados para trás (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014; ISENBERG, 2019).

Diante desse contexto, o *International Fund for Agricultural Development* (IFAD), agência das Organização das Nações Unidas (ONU), aponta para a necessidade de empoderar mulheres rurais. Defende-se que essas mulheres precisam de apoio para se adaptar às mudanças constantes que a agricultura vem passando em decorrência da globalização, das mudanças climáticas e de novas tecnologias e padrões de migração, para aproveitar as oportunidades emergentes, bem como usufruir de uma vida digna e equânime. É essencial reconhecer o papel fundamental que elas desempenham, uma vez que comunidades inteiras se beneficiam socialmente e economicamente quando elas têm acesso à terra, a água, à educação, à formação, a serviços financeiros e a organizações fortes (INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT, 2012).

Cabe mencionarmos também, nesse sentido, a existência de um movimento mundial, impulsionado, principalmente, pela ONU, que visa a equiparação de gênero e o empoderamento de mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015), o que denota um problema social urgente que demanda ações em prol de uma sociedade igualitária e sem exclusões.

Nessa perspectiva, e sob o olhar social da área de Ciência da Informação, **acreditamos** que uma via para o empoderamento de mulheres rurais e, conseqüentemente, para combater as desigualdades de gênero, é por meio da informação e do conhecimento, compreendidos aqui como bens sociais de intervenção da realidade e transformação social quando inseridos na abordagem da competência em informação.

A competência em informação, também chamada de “metacompetência” ou “alfabetização do século XXI”, é associada ao processo de emancipação econômica e ao aprendizado ao longo da vida, sendo considerada como um direito humano básico em um mundo digital e como promotora de inclusão social em todas as nações (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2005). Ela também é reconhecida como uma parte central da liberdade de expressão, na medida em que capacita as pessoas para entenderem as funções da mídia e da informação, para avaliarem criticamente o conteúdo e tomarem decisões informadas como usuárias e produtoras de informação e conteúdo (ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA, 2017).

Diante disso, o objetivo deste artigo consiste em explorar, a partir da literatura, as possíveis contribuições do desenvolvimento da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais, enquanto população socialmente vulnerável e que é inibida de participar plenamente da sociedade em função das desigualdades de gênero. Para atingir esse objetivo, **apresentamos**, brevemente, a importância das mulheres rurais na sociedade contemporânea, expomos alguns aspectos relacionados à vulnerabilidade dessas mulheres no contexto brasileiro, discorremos sobre o conceito e a origem do termo empoderamento e, por fim, **caracterizamos** a competência em informação alinhando-a ao processo de empoderamento e à realidade das mulheres rurais.

2 Aspectos metodológicos

Realizamos uma revisão narrativa de literatura sobre o tema competência em informação e empoderamento de mulheres rurais. Recuperamos diferentes tipos de documentos (artigos, livros, teses, documentos) produzidos em âmbito nacional e internacional. Esse tipo de método de pesquisa permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação.

Os artigos científicos mencionados, em específico, foram recuperados, principalmente, das seguintes bases de dados: *Library and Information Science Abstracts* (LISA), especializada na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Web of Science* (WoS) e *Scopus*, que são de conhecimento multidisciplinar e indexam periódicos das áreas de Ciências Sociais, Ciências Políticas, Ciências Humanas e Ciências Agrárias, entre outras. A escolha **dessas** bases se deu, portanto, pela relação do tema com o conteúdo indexado e por apresentarem os critérios de usabilidade, precisão, consistência e relevância que, conforme Tomaél, Alcará e Silva (2016), demonstram a qualidade das fontes de informação digitais.

Para a recuperação dos artigos nas bases de dados utilizados os descritores em inglês e espanhol, apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Palavras-chave da pesquisa em inglês e espanhol

Termos em inglês	Termos em espanhol
information literacy information competencies information skills informed learning information fluency lifelong learning information literacy education	alfabetización informacional competencia en información habilidades informacionales destrezas informacionales aprendizaje permanente
woman farmer peasant women rural women country women	mujeres rurales campesinas
empowerment emancipation	empoderamiento emancipación

Fonte: elaborado pelas autoras.

Selecionamos os estudos que continham no título, no resumo e/ou nas palavras-chave os indexadores *information literacy*, *rural women* e *empowerment*, bem como seus respectivos sinônimos, e que foram publicados no período entre os anos 2000 e 2019.

A revisão foi realizada no segundo semestre de 2019 e início de 2020, como etapa inicial que deu origem à tese de doutorado intitulada "Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento" (PELLEGRINI, 2022).

3 Mulheres rurais e sua importância na sociedade contemporânea

As mulheres rurais representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem um papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares. Na América Latina e Caribe, as mulheres rurais são responsáveis por 45% da produção de alimentos (PACHECO, 2009).

O documento *Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe*, publicado pela *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*, indica que a população rural da América Latina e Caribe correspondia, em 2015, a cerca de 21% e representava pouco mais de 129 milhões de pessoas distribuídas em 33 países. Deste total, quase metade são mulheres. Além disso, elas representavam, em 2010, 20% da força de trabalho agrícola na América Latina com diferentes formas de inserção no mundo do trabalho: autônomo, não remunerado e assalariado em empresas ou outras unidades produtivas (NOBRE *et al.*, 2017).

No Brasil, cerca de 15 milhões de mulheres vivem na área rural, o que representa quase metade, 47,5%, da população rural (BRASIL, 2019). Essas mulheres estavam presentes no trabalho rural desde a colonização, exercendo atividades na lavoura e no lar de modo cumulativo. Dependendo do tipo de colonização das regiões, existem características diferentes nos regimes de trabalho, mas há registros de mulheres agricultoras em todas as regiões do país (BONFIM; COSTA; LOPES, 2013). De acordo com dados da ONU Mulheres (2016), trata-se de agricultoras familiares, assalariadas rurais, camponesas, acampadas, assentadas da reforma agrária, quilombolas, indígenas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, extrativistas que se nomeiam mulheres do campo, das águas e da floresta.

De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE, quase 20% dos empreendimentos rurais brasileiros são dirigidos por mulheres. Elas são responsáveis pela produção de 70% a 80% dos alimentos, principalmente os alimentos para autoconsumo. As mulheres rurais também têm se destacado em diferentes etapas do processo produtivo de alimentos e outras atividades relacionadas à geração de renda e desenvolvimento econômico social no campo, mudando aos poucos a antiga visão de meras ajudantes (BRASIL, 2019).

Para Nobre *et al.* (2017), a diversidade das mulheres rurais se manifesta pelo seu modo de vida: mulheres de todas as gerações que habitam campos, florestas, selvas e áreas próximas aos cursos de água. A diversidade

também está presente nas atividades desenvolvidas pelas mulheres: são agricultoras, colhedoras, pescadoras ou trabalhadoras assalariadas e trabalhadoras em atividades não agrícolas, como, por exemplo, artesãs.

Em toda a América Latina e Caribe, **observamos** o crescente papel das mulheres na defesa de seus territórios, na biodiversidade e na manutenção socioeconômica e cultural das comunidades de onde vivem, áreas em que elas buscam constantemente uma solução de compromisso entre seus desejos, seus planos individuais e a boa vida coletiva. Além disso, elas são as principais responsáveis pela transmissão do conhecimento. Isso vai desde a perpetuação da história de seus povos até o conhecimento técnico, como o manejo agroecológico, a seleção de sementes, a reprodução de plantas em extinção ou o uso medicinal de ervas (NOBRE *et al.*, 2017).

Boni (2012) observa que, em diversas regiões do mundo, iniciativas de enfrentamento aos problemas ambientais gerados pela expansão do modelo de desenvolvimento, baseado em uma agricultura feita com insumos e agrotóxicos que agridem a natureza e a população, emergem das ações realizadas pelas mulheres rurais. O que denota também sua importância política.

Percebemos, portanto, que as mulheres rurais têm um papel central no trabalho do campo, na produção de alimentos e garantia da subsistência da família, bem como na defesa de seus territórios e soberania alimentar das nações. Mas, sobretudo, a importância destas mulheres está no seu potencial para mudarem o contexto em que vivem.

4 A vulnerabilidade social da mulher rural na perspectiva interseccional: um enfoque na realidade brasileira

Ao tratarmos do desenvolvimento da competência em informação de uma determinada população é fundamental compreendermos a realidade na qual ela está inserida. Dessa forma, arrolamos aqui alguns aspectos relativos à condição de vida das mulheres rurais brasileiras, bem como fatores imbuídos nessa condição que as colocam em vulnerabilidade social. Salientamos que o contexto brasileiro não difere muito da realidade de outros países do mundo, especialmente, no quesito desigualdade de gênero.

Dentre a população feminina no Brasil, as mulheres rurais são as mais expostas às estruturas múltiplas de opressão, de acordo com Lassak (2010). Por isso, optamos em tratar essa temática sob a perspectiva interseccional entre raça, classe, gênero, sexualidade (LUGONES, 2008) e condição de vida, o que nos permite perceber que há uma sobreposição de opressões e de desigualdades e, conseqüentemente, de fatores que colocam as mulheres rurais em vulnerabilidade social.

A perspectiva interseccional, de acordo com Bilge (2009, p. 1, tradução nossa),

[...] remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais.

Sob esse enfoque, esclarecemos que a vulnerabilidade é usada para descrever a pessoa que está suscetível ao ataque físico ou emocional, ou a danos. Trata-se de um conceito com muitos significados e aplicações, contudo é comum assimilá-lo à incapacidade de exercer autonomia (CUNHA; GARRAFA, 2016). No plano social, a vulnerabilidade se refere à existência de relações que limitam a capacidade de atuação das pessoas e que retiram ou negam os suportes institucionais de segurança social, ou seja, o exercício efetivo de direitos (OVIEDO; CZERESNIA, 2015).

Na visão de Castel (1994), a vulnerabilidade está diretamente relacionada à exclusão, na medida que entendemos a exclusão como um processo com três zonas interrelacionadas: a zona de integração (na qual os elementos principais são emprego e relações sociais estáveis); a zona de vulnerabilidade (insegurança no trabalho e instabilidade nas relações sociais); e, a zona de exclusão social (incorpora a zona de atenção).

A exclusão social é um processo que expressa, dentre outras significações, “a forma como o capitalismo incorpora, de modo profundamente negativo, as classes e grupos subalternos à sua lógica de reprodução”

(WANDERLEY, 2017, p. 66). Dessa forma, no mundo rural brasileiro, Wanderley (2017) observa que formas de exclusão social produziram, historicamente, efeitos devastadores sobre a própria identidade daqueles que estão associados a modos não capitalistas de viver e de produzir, distintos do modelo dominante. A pobreza que permanece no Brasil, tanto na área rural como em áreas urbanas, não pode ser entendida como aquela que não foi atingida pelos processos de desenvolvimento. Ao contrário, ela é uma pobreza gerada como consequência direta do modelo de desenvolvimento prevalente na sociedade brasileira cuja base é a histórica associação entre o capital e a propriedade da terra, e pela forma como foi implantada a moderna agricultura, centrada no enfoque setorial da modernização. Esse processo histórico tornou "desnecessário" muitos trabalhadores da terra.

Nessa perspectiva, Aguiar e Strapasolas (2010) observam que a agricultura brasileira não tem conseguido proporcionar a obtenção de renda suficiente para garantir a reprodução da família. O constante aumento dos custos de produção (adubo, sementes etc.), sem que seja acompanhado pelo aumento no preço dos produtos agrícolas, resulta em baixo rendimento da atividade. Além disso, o desenvolvimento da atividade agrícola por suas próprias características não garante renda fixa, uma vez que o trabalho está exposto a toda sorte de intempéries climáticas.

A falta de incentivo, as condições impostas pelas agências bancárias para a tomada de crédito e a falta de mercado também são fatores que afetam, principalmente, as jovens mulheres e, muitas vezes, as obrigam a obter renda por meio da prestação de serviços em outros estabelecimentos agrícolas ou mesmo buscar assalariar-se na cidade (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010). E, de forma geral, a renda das mulheres rurais é inferior à dos homens rurais (ONU MULHERES, 2016).

Na visão de Cintrão e Siliprandi (2011), o acesso das mulheres rurais aos meios materiais é fundamental ao seu pleno desenvolvimento, pois se trata da garantia dos seus direitos econômicos. Entretanto, para além dos fatores já mencionados, essas mulheres encontram muitas dificuldades para participarem da decisão sobre os usos dos recursos ou sobre as prioridades de investimento das famílias em função da divisão sexual do trabalho, mesmo que contribuam com o seu trabalho para a geração desses resultados financeiros.

Nas sociedades em geral, o fator sexo opera como elemento discriminatório na divisão social do trabalho. É comum que aos homens sejam destinados os trabalhos ligados à produção, e às mulheres, o trabalho doméstico (PAULILO, 2016). Entretanto, não se pode pensar que mulheres e crianças desempenham certas tarefas porque estas são "leves" ou pouco importantes por sua própria natureza. O que acontece é que

[...] qualifica-se o trabalho em função de quem o realiza: são "leves" as atividades que se prestam à execução de mão de obra feminina e infantil. Importa destacar que essa classificação está associada a diferentes remunerações: maior para o trabalho "pesado", menor para o "leve", mesmo que ambos demandem o mesmo número de horas ou que o esforço físico exigido por um tenha como contraponto a habilidade, a paciência e a rapidez requeridas pelo outro. O que determina o valor da diária é, em suma, o sexo de quem a recebe (PAULILO, 2016, p. 108).

Cabe mencionarmos, nesse sentido, que, conforme dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (BRASIL, 2015, p. 20), a jornada total de trabalho das mulheres rurais é superior à dos homens rurais e elas continuam carregando o fardo do trabalho doméstico. Em média, as mulheres rurais dedicam 27 horas semanais às atividades produtivas (trabalho principal) e mais de 26 horas semanais às atividades domésticas, enquanto os homens rurais dedicam um pouco mais de 39 horas semanais ao trabalho principal e apenas 10 horas aos afazeres domésticos.

Os afazeres domésticos das mulheres rurais incluem atividades relacionadas tanto ao trabalho produtivo (remunerado) como ao trabalho reprodutivo (não remunerado, de subsistência, de sustento da família). As mulheres cuidam da lavoura, do pomar, da horta, dos animais, prepararam alimentos, fazem a limpeza em geral, cuidam dos filhos e dos idosos etc. Além disso, elas também exercem atividades destinadas ao mercado, como processamento de alimentos para venda e vendas de produtos do quintal (DI SABBATO *et al.*, 2009).

Essa sobrecarga de trabalho, conforme Herrera (2017, p. 9),

[...] muitas vezes se constitui em um impedimento para prosseguir a formação escolar, para usufruir de tempo para si, para utilizar o tempo para lazer, para melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias.

As desigualdades sociofamiliares advindas e constitutivas da divisão sexual do trabalho, na visão de Bonfim, Costa e Lopes (2013), contribuem para que as mulheres vivenciem potencialmente fatores de risco socioeconômicos, os quais, em interação com a estrutura de poder, afetam, inclusive, sua saúde.

Apesar das mulheres rurais se dedicarem ao trabalho produtivo e reprodutivo, ainda padecem pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento como trabalhadoras e cidadãs (HERRERA, 2017), mas, sem dúvidas, elas são uma força de trabalho importante para a reprodução da unidade familiar rural. Entretanto, em função de costumes patriarcais e da subordinação, especialmente das mais jovens, é comum terem menos acesso à renda e não terem assegurado um “pedaço de terra” que lhes seja próprio (AGUIAR; STRAPASOLAS, 2010).

Com relação ao acesso à terra, Paulilo (2004) afirma que, em todo o mundo, as mulheres rurais têm menor acesso do que os homens, sendo dificultado, principalmente, pela histórica exclusão das mulheres à herança. A autora explica que, em décadas passadas, eram os filhos homens que, normalmente, herdavam a terra e o acesso das mulheres a esse bem acontecia pelo casamento. Entretanto, a titulação conjunta da posse de terra, embora assegurada na Constituição brasileira de 1988, não tinha caráter obrigatório até 2003 (ONU MULHERES, 2016).

Dessa forma, na atualidade, dados do relatório da ONU Mulheres (2016) demonstram que, em relação aos homens, é quase duas vezes maior o número de mulheres rurais que são responsáveis por estabelecimentos sem serem proprietárias. Além disso, as mulheres são responsáveis e proprietárias de áreas com 33,17 ha, em média, enquanto os homens, 84,19 ha.

Frente à realidade apresentada até aqui, a preocupação em evidenciar a participação das mulheres nas lidas do campo tem se acentuado nas últimas décadas e se derivou, principalmente, da importância que os movimentos feministas tiveram no mundo todo, a partir dos anos 1960. A maior visibilidade da participação feminina na produção agrícola tem servido de base não só para reivindicações trabalhistas por parte das mulheres, como vem alterando a visão sobre planejamento de importantes órgãos ligados ao desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo (PAULILO; DE GRANDI; SILVA, 2003, p. 169).

Nesse sentido, cabe mencionarmos que a participação política das mulheres rurais, ao longo da história, se deu, principalmente, vinculada aos movimentos feministas de mulheres agricultoras. Conforme explica Siliprandi (2013), o aparecimento dos movimentos de mulheres rurais no Brasil remonta aos anos 1980, com as primeiras manifestações por direito à sindicalização, de forma independente de pais, irmãos ou maridos. Movimentos feministas urbanos reivindicavam direitos para as mulheres e ecos dessas questões chegavam também às mulheres rurais, que se organizavam em grupos, com o apoio de setores das igrejas progressistas. As primeiras lutas foram pelo reconhecimento da profissão enquanto agricultoras e por direitos decorrentes desse reconhecimento, como os previdenciários e sindicais.

Constituíram-se assim, ao longo da década de 1980, diversos movimentos sociais de mulheres rurais, com representações específicas (de pescadoras, indígenas e quilombolas, entre outras), que permanecem ativos até hoje. Além disso, elas também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, pesca e artesanais, ajudando ainda na elaboração das redes de economia solidária e produção agroecológica hoje existentes no país (SILIPRANDI, 2013).

Dessa forma, as mulheres rurais conquistaram direitos e alguma representatividade nas ações governamentais, bem como passaram a questionar sua própria identidade. Entretanto, se considerarmos o todo, a representatividade política feminina no Brasil ainda é baixa (PITANGUY, 2011). A ausência de poder e as restrições das mulheres rurais na participação política têm profundas implicações para a justiça de gênero e para a conquista de uma condição de vida melhor, ou seja, implicações para seu empoderamento. As políticas públicas são fundamentais para a cidadania e para ajudar a superar os preconceitos que ainda existem.

Ainda, no que diz respeito à vulnerabilidade das mulheres rurais, não podemos deixar de mencionar o fator violência física ou material, que de acordo com Scott, Rodrigues e Saraiva (2010, p. 66), é “uma realidade vivida por muitas mulheres e marcada historicamente por ações que visam minimizá-las”. Essa temática vem sendo amplamente abordada e discutida no Brasil nas últimas décadas, seja no meio acadêmico, em movimentos sociais, na esfera de políticas públicas ou na mídia. Os contextos rurais, entretanto, talvez sejam os mais negligenciados (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010).

Em contraste com as cidades, o meio rural apresenta insuficiência de serviços, ou seja, menos centros de referência, casas-abrigo e delegacias especializadas, além de insuficiência de ações de disseminação de informações sobre direitos das mulheres, como, por exemplo, os que se referem à Lei Maria da Penha. Fatores como a distância entre moradias, o precário transporte e comunicação para localidades de difícil acesso também contribuem para que a violência contra as mulheres rurais permaneça (SCOTT; RODRIGUES; SARAIVA, 2010), sendo este, um fator determinante para a sua situação de vulnerabilidade.

A precariedade do acesso à infraestrutura e aos serviços no meio rural também é citada por Aguiar e Strapasolas (2010). De acordo com esses autores, as más condições das estradas, a distância dos centros urbanos e a má qualidade dos serviços de transportes oferecidos dificultam, inclusive, a continuidade dos estudos dos jovens que vivem no meio rural. Também dificultam o acesso à informação e à comunicação.

De forma geral, observamos que as mulheres rurais são retidas por muitas dimensões da desigualdade, que, inclusive, extravasam critérios de ordem exclusivamente material e decorrem, sobretudo, de padrões culturais e práticas sociais cujas raízes são históricas (ROCHA *et al.*, 2017). Nessa perspectiva, destacamos: a sobrecarga de trabalho e os direitos de propriedade desiguais; o controle limitado sobre os recursos; a participação limitada nas decisões que afetam suas vidas; a invisibilidade; a menor participação política; a subordinação, a violência, a discriminação e o desfavorecimento, simplesmente, em razão de seu sexo. Esse cenário inviabiliza o pleno exercício dos seus direitos sociais, políticos e da cidadania.

Com base nessa revisão de literatura, apresentamos, na Figura 1, alguns fatores que contribuem para a vulnerabilidade das mulheres rurais brasileiras, na perspectiva interseccional.

Figura 1. A vulnerabilidade da mulher rural na perspectiva interseccional



Fonte: elaborada pelas autoras a partir da revisão de literatura.

Os fatores característicos da vulnerabilidade das mulheres rurais, apontados na Figura 1, relacionam-se, principalmente, às condições precárias de vida e de trabalho no meio rural, em oposição ao urbano, e, sobretudo, às questões de gênero e classe. Esses fatores não são independentes uns dos outros, ao contrário, eles se relacionam e geram interferências entre si, o que demanda de nós um olhar holístico para a situação das mulheres rurais. Além disso, esses fatores nos direcionam para alguns elementos fundamentais a serem considerados na abordagem da competência em informação dessa população: trabalho, aprendizagem, acesso à informação, participação política, poder de decisão e empoderamento.

5 Empoderamento: origem, definição e aplicação neste estudo

Nas últimas décadas, o termo empoderamento, no inglês *empowerment*, vem sendo amplamente discutido, sob uma ampla gama de conceitos, e empregado com diversas ênfases, nem sempre bem demarcadas. Com base em perspectivas feministas e de direitos humanos, muitas definições contêm a ideia de que uma mudança fundamental nas percepções, ou transformações interiores, é essencial para a formulação de escolhas. Mas, não se trata apenas disso.

De acordo com Baquero (2012), a utilização crescente do termo *empowerment* se deu a partir da década de 1960 com os movimentos emancipatórios relacionados ao exercício de cidadania – movimento dos negros, das mulheres, dos homossexuais, movimentos pelos direitos da pessoa deficiente. A tradição do empoderamento (*Empowerment Tradition*) tem suas raízes na Reforma Protestante, iniciada por Martinho Lutero no séc. XVI, na Europa, num movimento de protagonismo na luta por justiça social. Nesse sentido, o marco histórico que trouxe notoriedade ao conceito foi a eclosão dos novos movimentos sociais contra o sistema de opressão em movimentos de libertação e de contracultura, na década de 1960, nos Estados Unidos, passando o *empowerment* a ser utilizado como sinônimo de emancipação social.

O movimento religioso do monge Martinho Lutero, de acordo com Baquero (2012), teve consequências que foram além da religião, uma vez que, questionando a interpretação das escrituras então dominantes e abordando assuntos considerados até então pertencentes ao papado, Lutero, em suas 95 teses, levanta um conjunto de críticas à Igreja e à autoridade papal. “Publicada em alemão, a obra oportunizou, aos mais diferentes estratos da sociedade alemã, o conhecimento de suas ideias, fato que oportunizou o empoderamento por parte das pessoas” (BAQUERO, 2012, p. 175).

Corroborando com essa ideia, ao popularizar esses escritos, Berth (2019, p. 33) afirma que “Lutero confronta o controle hegemônico da informação pelo clero, dando acesso às classes desfavorecidas que, por não dominar o latim, aceitavam o que lhes era fornecido como palavra de Deus”. Isto indica que, naquele período, “o poder da informação já era exercido como instrumento de manipulação e hierarquia social” (BERTH, 2019, p. 33) e uma das dimensões do empoderamento, portanto, na visão de Berth (2019, p. 34), é a da “informação como instrumento de libertação”.

Na década de 1970, o termo *empowerment* começou a ser utilizado nos movimentos feministas. Naquela mesma década, o conceito é influenciado pelos movimentos de autoajuda. Na década de 1980, é influenciado pela psicologia comunitária. E, na década de 1990, recebe o influxo de movimentos que buscam afirmar o direito da cidadania sobre distintas esferas da vida social, entre as quais a prática médica, a educação em saúde, a política, a justiça, a ação comunitária (BAQUERO, 2012).

Para Garrafa (2005), o termo empoderamento teve seu uso fortalecido a partir do momento em que o cientista indiano Amartya Sen recebeu o Prêmio Nobel de Economia, em 1998, por suas inúmeras contribuições ao estudo do bem-estar social.

Kleba e Wendausen (2009, p. 735) definem o empoderamento como

[...] um processo dinâmico que envolve aspectos cognitivos, afetivos e condutuais. Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos à relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica.

Dessa forma, em um contexto como o das mulheres rurais que reflete processos contínuos e cumulativos de marginalização étnica, de classe social ou de gênero, o empoderamento deve significar o conjunto de sentimentos, conhecimentos e habilidades que produzem a capacidade de participar socialmente e afetar o sistema político, sob quatro dimensões: a cognitiva, ou o conhecimento da realidade social da pessoa; a econômica, ou o acesso a meios independentes de apoio que ajudam a tornar os indivíduos mais autônomos em suas decisões; a política, ou as habilidades para participar e modificar instituições e políticas de uma comunidade ou nação; e, a psicológica, ou os sentimentos de que os indivíduos são competentes, dignos de melhores condições e capazes de agir em seu próprio interesse (STROMQUIST, 2009).

O empoderamento de pessoas em vulnerabilidade devido à decorrência do processo histórico e da característica cultural das sociedades nas quais estão inseridos, para Berth (2019, p. 22), “é instrumento de emancipação política e social”. E, na visão de Garrafa (2005, p. 126), perpassa “o todo social, atuando como elemento capaz de amplificar as vozes dos segmentos alijados do poder de decisão, e promovendo sua inserção social”.

Compreendemos o empoderamento, portanto, como um processo dinâmico de transformação individual e coletiva que leva à emancipação social, ou à liberdade de indivíduos e grupos socialmente desfavorecidos. Não se trata de “dar” poder a um indivíduo, retirando de outros. Trata-se de um processo que, munido de informações e de percepções críticas sobre si mesmo e sobre o mundo em volta, permite ao indivíduo descobrir ferramentas ou poderes de atuação no meio em que vive e em prol da coletividade.

6 Apontamentos sobre a competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais

Como descrevemos anteriormente, as mulheres rurais são uma parcela significativa da população de diversos países acometida por muitos tipos de opressões e desigualdades, principalmente em relação ao gênero. Os fatores que contribuem para a vulnerabilidade social dessas mulheres são os mesmos que demandam empoderamento.

Como se isso não fosse suficiente, Tedeschi (2016, p. 145) observa que as mulheres rurais “são construídas pelo olhar do outro, do marido, do padre, da mídia..., pela historicidade das relações de gênero, e muitas vezes não percebem que são representadas e interpretadas por um discurso misógeno, sexista e patriarcal”. A experiência dessas mulheres não é algo autoevidente ou definida. Trata-se de uma representação que precisa ser desnudada e rompida, uma vez que as mulheres rurais falam do trabalho pesado, da divisão dos papéis na família, numa perspectiva de afirmação e não de submissão, mesmo quando é negado a elas o direito de participar dos processos de decisão na produção e no próprio espaço doméstico. E, por serem consideradas pela lei proprietárias do lote rural, é comum que o discurso de dominação e de subserviência ao homem não tenha sentido para muitas delas (TEDESCHI, 2016).

Diante disso, nossa tarefa aqui é pensar sobre a importância ou as contribuições do desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais para o processo de empoderamento. Essa não é uma tarefa fácil, já que existem poucas publicações disponíveis sobre essa temática em específico. Entretanto, é uma tarefa essencial para uma sociedade da informação e do conhecimento mais inclusiva e participativa.

Evidenciamos, nesse sentido, que o conceito de competência em informação tem acompanhado o desenvolvimento da sociedade desde a década de 1970. Na atualidade, a competência em informação é definida pelo *Information Literacy Group* (ILG), do *Chartered Institute of Library and Information Professionals* (CILIP) como “a capacidade de pensar criticamente e dar opiniões fundamentadas sobre qualquer informação que encontramos e usamos. Ela nos capacita, como cidadãos, a alcançar e expressar pontos de vista informados e a nos engajar plenamente com a sociedade” (COONAN, 2020, p. 2, tradução nossa).

O conceito pode assumir, de acordo com Sample (2020), pelo menos três abordagens distintas, mas que em nosso entendimento, são complementares:

- a) como um conjunto de habilidades: essa abordagem sustenta a competência em informação como um conjunto de habilidades e comportamentos necessários aos indivíduos na busca de informações dentro ambientes digitais, tendo como característica principal ser quantificável e poder ser medida com base no desempenho do indivíduo;
- b) como uma maneira de pensar: essa abordagem assume a ideia de “cultivar hábitos da mente” e enfatiza os modelos cognitivos, incluindo o pensamento crítico;
- c) como um fenômeno ou prática social: os adeptos dessa abordagem a veem como altamente contextual e socialmente construída. O foco dessa perspectiva está nas capacidades gerais para viver, aprender e trabalhar em uma sociedade rica em informações e tecnologias e com crescentes expectativas dos sujeitos.

Nesse sentido, e na visão de Vitorino (2018), a competência em informação envolve um repertório de conteúdos, comportamentos, habilidades e atitudes que podem minimizar os efeitos perversos, os riscos e danos aos quais as pessoas estão sujeitas no que se refere ao não acesso e/ou a falta de habilidades para usar a informação.

Essa competência, para Vitorino e Piantola (2011), se desenvolve sob quatro dimensões: técnica, estética, ética e política. A dimensão técnica é a aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita: é o “fazer” da competência em informação. A dimensão estética refere-se à experiência interior, individual e única do sujeito ao lidar com os conteúdos de informação e a sua maneira de expressá-la e agir sobre ela no âmbito coletivo. A dimensão ética, por sua vez, relaciona-se com saber dosar a informação e a comunicação e, ao mesmo tempo, equilibrar valores conflitantes, de forma que os resultados das ações do indivíduo no ambiente profissional estejam voltados para a justiça e o bem coletivo. E, por fim, a dimensão política compreende o homem enquanto ser social, membro de uma sociedade. Envolve a cidadania (voltada para o bem comum), as relações entre homem e sociedade, além da questão do Estado/governo. A dimensão política possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, baseia-se na pluralidade dos homens, trata da convivência entre diferentes, está centrada em torno da liberdade, num espaço que só pode ser produzido por muitos, onde cada qual se move entre iguais.

A noção de competência em informação, de acordo com Vitorino e Piantola (2011), não é estática e limitada. Configura-se como um conceito dinâmico em constante crescimento para incorporar uma gama cada vez maior de habilidades necessárias aos indivíduos inseridos na era da informação. Dentre essas habilidades destacam-se definir, localizar, acessar, avaliar e usar a informação de forma ética e socialmente responsável como parte de uma estratégia de aprendizado ao longo da vida.

Nessa perspectiva, Shahida e Sami (2015) apontam a competência em informação como apoio para alavancar a posição das mulheres frente às desigualdades de gênero e empoderá-las. Na visão dessas autoras, há duas questões básicas nesse processo: a primeira que é cultural; e, a segunda que é não-cultural e se refere ao acesso ao “conhecimento para o desenvolvimento”.

O conhecimento, de acordo com Shahida e Sami (2015), é o recurso fundamental para todas as atividades econômicas e de desenvolvimento na sociedade, das quais as mulheres formam uma parte igual. Qualquer tentativa de elevar a qualidade de vida das pessoas, sem um progresso em direção ao empoderamento das mulheres, seria incompleto. Assim, na visão dessas autoras, o único recurso que emancipa as mulheres da pobreza e as empodera é o conhecimento. Não há formas piores de violação dos direitos humanos do que ser privado da habilidade de pensar e se comunicar com liberdade.

"Conhecimento para desenvolvimento" está relacionado com a capacidade das pessoas de acessar, utilizar e disseminar informações. Assim, educação, informação e alfabetização podem proporcionar empoderamento econômico e social, contribuindo para a ideia de mulheres como agentes de mudança (SHAHIDA; SAMI, 2015).

Se as mulheres precisam alcançar seu lugar de direito no sistema socioeconômico e político do país, é essencial que tenham acesso à gigantesca e crescente base de informações que circulam no mundo. A competência em informação de mulheres rurais é uma das ferramentas que possibilita desenvolverem as habilidades para fazerem melhores escolhas nos assuntos que as afetam, tornando-as autossuficientes e com maior autoestima. Ao desenvolverem a capacidade de determinar a extensão das informações necessárias e usar efetivamente essas informações, podem abrir portas para a redescoberta de suas capacidades internas (SHAHIDA; SAMI, 2015).

Dito isso, percebemos, na literatura sobre empoderamento, pelo menos três fatores que o favorecem e que estão diretamente relacionados à competência em informação: o acesso à informação; o uso das TIC; e, a alfabetização, ligada à aprendizagem ao longo da vida.

O acesso à informação, em uma sociedade aberta e transparente graças à liberdade de expressão e a mídia, é uma ferramenta básica para que os indivíduos reivindiquem seus direitos, tenham a capacidade de negociar, aproveitar oportunidades e, acima de tudo, exigir o cumprimento das responsabilidades do Estado (SAN PEDRO, 2006).

É importante reconhecer que a informação inclui componentes pessoais, sociais, culturais e/ou ideológicos que demandam de adequada identificação e interpretação, a fim de que, a partir dela, seja possível produzir conhecimentos que resultem em benefícios aos indivíduos e à sociedade (VITORINO; PIANTOLA, 2020). Ela é considerada, de acordo com Vitorino e Piantola (2020, p. 91), como

[...] o elemento constituinte da cultura de um grupo, e, em essência, é condição de permanência e instrumento de mudança. Por isso, o acesso à informação e ao conhecimento é tido como componente fundamental para o exercício da cidadania no contexto democrático.

Assim, “saber utilizar a informação para o conhecimento é o cerne da competência em informação” (VITORINO; PIANTOLA, 2020, p. 55). E, nesse sentido, corroboramos com Cuevas-Cerveró, Marques e Paixão (2014) que a informação somente será valiosa àqueles que souberem onde ela está, que tiverem a capacidade de acessá-la, que souberem como selecionar o que necessitam e, sobretudo, entenderem e aplicarem essa informação na tomada de decisões na vida cotidiana, no trabalho, no mundo a sua volta. O poder da informação reside, de fato, em sua potencialidade.

O acesso e uso das TIC são fundamentais no processo de empoderamento, justamente, por ser o meio em que a informação circula e a comunicação acontece. As TIC, conforme descreve a *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (2014) e Isenberg (2019), são reconhecidas globalmente como essenciais para empoderar mulheres, inclusive, no meio rural.

De forma geral, a agricultura envolve muitas decisões: o que plantar, quais insumos usar e como, quando semear e colher; quanto manter para consumo doméstico e quanto vender para angariar dinheiro ou quanto armazenar. Tudo isso demanda informações relevantes que podem ser mais facilmente acessadas por meio de TIC. Além disso, as TIC também são importantes para acessar equitativamente informações e serviços governamentais relevantes para a produção e atividades econômicas, bem como, para participar da tomada de decisões que afetam suas vidas sociais, culturais, econômicas e políticas (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014).

Entretanto, salientamos que a população rural de países em desenvolvimento enfrenta inúmeras barreiras de acesso à informação e à comunicação. Aproximadamente dois terços dos três bilhões de pessoas que vivem em áreas rurais do mundo em desenvolvimento são agricultores e residem em pequenas casas. Os pequenos agricultores são semelhantes a outros empreendedores (as) em muitos sentidos: eles levantam capital de várias fontes e investem em ativos produtivos. Eles tomam decisões e assumem riscos e lucros. Por outro lado, os pequenos agricultores também diferem de outros empreendedores de várias maneiras importantes que afetam tanto o funcionamento da economia rural quanto a maneira que se envolvem com as TIC. As famílias de pequenos produtores e produtoras rurais gastam grande parte de seu orçamento com alimentos. Frequentemente, muito pouco dinheiro é deixado para outras despesas, como tecnologias modernas de informação e comunicação (ISENBERG, 2019).

Além disso, existem barreiras relacionadas aos altos níveis de analfabetismo, língua minoritária, falta de aprimoramento, estradas e eletricidade precárias, serviços de mídia ou telecomunicações rurais inadequados ou inexistentes, falta de renda para comprar e usar receptores de rádio, telefones celulares ou computadores e, no que diz respeito especificamente às mulheres, papéis socialmente construídos que inibem a fala e a participação na tomada de decisão (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014).

As questões de gênero, nesse contexto, são extremamente relevantes, pois as informações que circulam por meio das TIC não são neutras. Nos países onde a desigualdade de gênero é forte, o empoderamento das mulheres é visto como socialmente perturbador (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014), já que a mulher empoderada aprecia o tempo que ela gasta tanto no trabalho doméstico quanto fora de casa. Ela entende que o excesso de trabalho é prejudicial à sua saúde física e mental e que a boa saúde é vital. Ela questiona sua dupla carga de responsabilidade e práticas que são prejudiciais às mulheres. Ela pede a ajuda de outros membros da família para que ela tenha tempo de lazer suficiente para participar da vida social e comunitária e promover seu próprio aprendizado. A mulher empoderada respeita a si mesma, leva crédito por sua contribuição e procura a informação que ela precisa para tomar decisões informadas sobre sua vida e família. Ela entende seus direitos e protege-os ativamente. Consciente do seu potencial, ela procura melhorar suas habilidades e conhecimentos continuamente, fazendo dela um modelo positivo para suas filhas e para outras mulheres (AKSORNKOLL, 2005). O simples uso de telefones, por exemplo, pode ser visto como uma contestação das dinâmicas de poder socialmente construídas entre homens e mulheres (FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS, 2014).

Por último, a alfabetização, que também aparece como um fator que contribui para o empoderamento das mulheres, conforme consta no relatório intitulado *Alfabetización y empoderamiento de las mujeres: historias de éxitos e inspiración*, de UIL (2014),

[...] tem a ver com o desenvolvimento de habilidades que lhes permitam viver e trabalhar satisfatoriamente. Não se trata apenas de ensinar, mecanicamente, um conjunto de habilidades, regras e atividades sobre letras e palavras. É um aspecto complexo, multifacetado, vital e intrínseco do desenvolvimento da pessoa, da comunidade e da sociedade. Inclui falar e ouvir, além de leitura, escrita e aritmética básica. Não é um conjunto fixo de competências, mas uma parte vital de um contínuo de aprendizado ao longo da vida. Também está relacionada a outros aspectos de aprendizagem e desenvolvimento, como saúde, assistência materna, educação infantil, habilidades e emprego, além de equidade e empoderamento.

Na visão de Stromquist (2009), no mundo de hoje, as habilidades necessárias a um indivíduo para ter êxito em todas as áreas de sua vida – pessoal, social, econômica e política – continuam a se desenvolver sob crescente complexidade e, com a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a alfabetização está adquirindo novas formas, tornando-se múltipla e multifacetada. A alfabetização, portanto, está diretamente ligada à ideia de aprendizagem ou a ideia de aprender ao longo da vida, imbuída no processo de desenvolvimento da competência em informação.

O aprendizado ao longo da vida prepara as pessoas, as comunidades e as nações a atingirem suas metas e a aproveitar as oportunidades que surgem no ambiente global em evolução para um benefício compartilhado. Além disso, auxilia as pessoas e as instituições a enfrentarem os desafios tecnológicos, econômicos e sociais, para reverter a desvantagem e incrementar o bem estar de todos (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS, 2005).

Quando falamos em aprendizagem, rapidamente pensamos que é assunto para professor e aluno, de preferência discutido dentro da escola. Entretanto, Satur e Silva (2019, p. 19) esclarecem que “na sociedade da informação, a aprendizagem ocorre o tempo todo e é algo necessário para todos”. Trata-se de uma condição contínua, uma vez que a competência em informação é requisito dessa sociedade (SATUR; SILVA, 2020).

Esses autores mencionam também que, na perspectiva humana e cidadã, é preciso entender que a “aprendizagem envolve o querer do ator. Ele deve escolher, decidir e desejar aprender, pois ensinar ou aprender ‘à força’ é um esforço pouco frutífero. Assim, mais uma vez, destaca-se o papel do ator e de suas escolhas” (SATUR; SILVA, 2020, p. 5). Além disso, “qualquer indivíduo pode aprender buscando, estudando, com seu esforço individual, mas a aprendizagem se completa apenas com o compartilhamento e a troca, que somente é possível de forma coletiva” (SATUR; SILVA, 2020, p. 6).

No que se refere à alfabetização e a aprendizagem, acrescentamos ainda que programas de alfabetização de mulheres voltados para o empoderamento contribuem para que as participantes desenvolvam um perfil mais crítico sobre si mesmas, de acordo com Aksornkoll (2005), e, porque não dizer, um olhar mais crítico do mundo que as cerca e das desigualdades de gênero.

Com base nessa breve revisão de literatura, percebemos que a competência em informação, pode alavancar o processo de empoderamento, entendido aqui como um conjunto de sentimentos, conhecimentos e habilidades (STRONQUIST, 2009) e que tem a “informação para a libertação” como uma de suas dimensões (BERTH, 2019).

Nesse sentido, considerando os fatores que colocam as mulheres rurais em vulnerabilidade social, podemos inferir algumas contribuições da competência em informação nas quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011, 2020), para o processo de empoderamento dessas mulheres, numa perspectiva hipotético-teórica:

- a) por estar relacionada ao pensamento crítico, o desenvolvimento da competência em informação pode levar as mulheres rurais a observarem e refletirem criticamente sobre a realidade social que as cerca. Isso envolve, conseqüentemente, a tomada de consciência sobre a desigualdade de gênero e a ação sobre ela (dimensão ética da competência em informação), uma vez que, o processo de empoderamento volta-se para o questionamento das relações patriarcais demarcadas pelas relações desiguais e desequilibradas entre homens e mulheres, especialmente, no âmbito familiar e na esfera do trabalho (ROCHA *et al.*, 2017). Nesse sentido, a competência em informação também pode contribuir para a transformação dos valores, costumes e conhecimentos que são transmitidos de geração em geração, para as outras mulheres e homens;
- b) mulheres rurais competentes em informação terão habilidades e conhecimentos que lhes permitirão angariar melhores remunerações ou obterem maior lucratividade com a sua produção, caso desejem. Isso está relacionado tanto com a dimensão técnica, que é o “saber fazer”, quanto com a dimensão política da competência em informação, que se dá no alcance dos objetivos profissionais (VITORINO; PIANTOLA, 2020);
- c) o desenvolvimento da competência em informação, em sua dimensão técnica, pode contribuir na organização e gestão das atividades realizadas dentro e fora de casa pelas mulheres rurais, o que, dentre outras vantagens, resultaria em tempo para acessar e aprender a usar as TIC e tempo para o lazer;
- d) o desenvolvimento da competência em informação, em sua dimensão técnica, é útil no aprimoramento constante, ao longo da vida e de forma independente, das técnicas necessárias ao trabalho em um contexto de aceleradas mudanças climáticas e tecnológicas;
- e) a competência em informação, em sua dimensão técnica, incorpora habilidades informacionais que podem contribuir para a elaboração, com mais qualidade, de projetos de acesso ao crédito, ou financiamento da produção. Essa é uma necessidade apontada por Cintrão e Siliprandi (2011). Segundo estas autoras, as mulheres rurais têm dificuldades na elaboração desse tipo de projeto. O conhecimento e as capacidades técnicas são mecanismos efetivos para que as mulheres rurais vençam papéis historicamente limitantes em relações produtivas e econômicas (ONU MULHERES, 2016);
- f) a competência em informação, em sua dimensão técnica, pode alavancar o conhecimento das mulheres rurais sobre saúde sexual e reprodutiva, autocuidado e bem estar, conforme apontam os estudos de Adekannbi e Adeniran (2017) e Shabi (2012);
- g) o desenvolvimento de habilidades informacionais e tecnológicas pode resultar em conhecimento sobre os meios de denunciar a violência doméstica. Isso também se

relaciona à dimensão técnica da competência em informação que incorpora a aquisição das habilidades e dos instrumentos para encontrar, avaliar e utilizar de modo apropriado a informação de que se necessita (VITORINO; PIANTOLA, 2011);

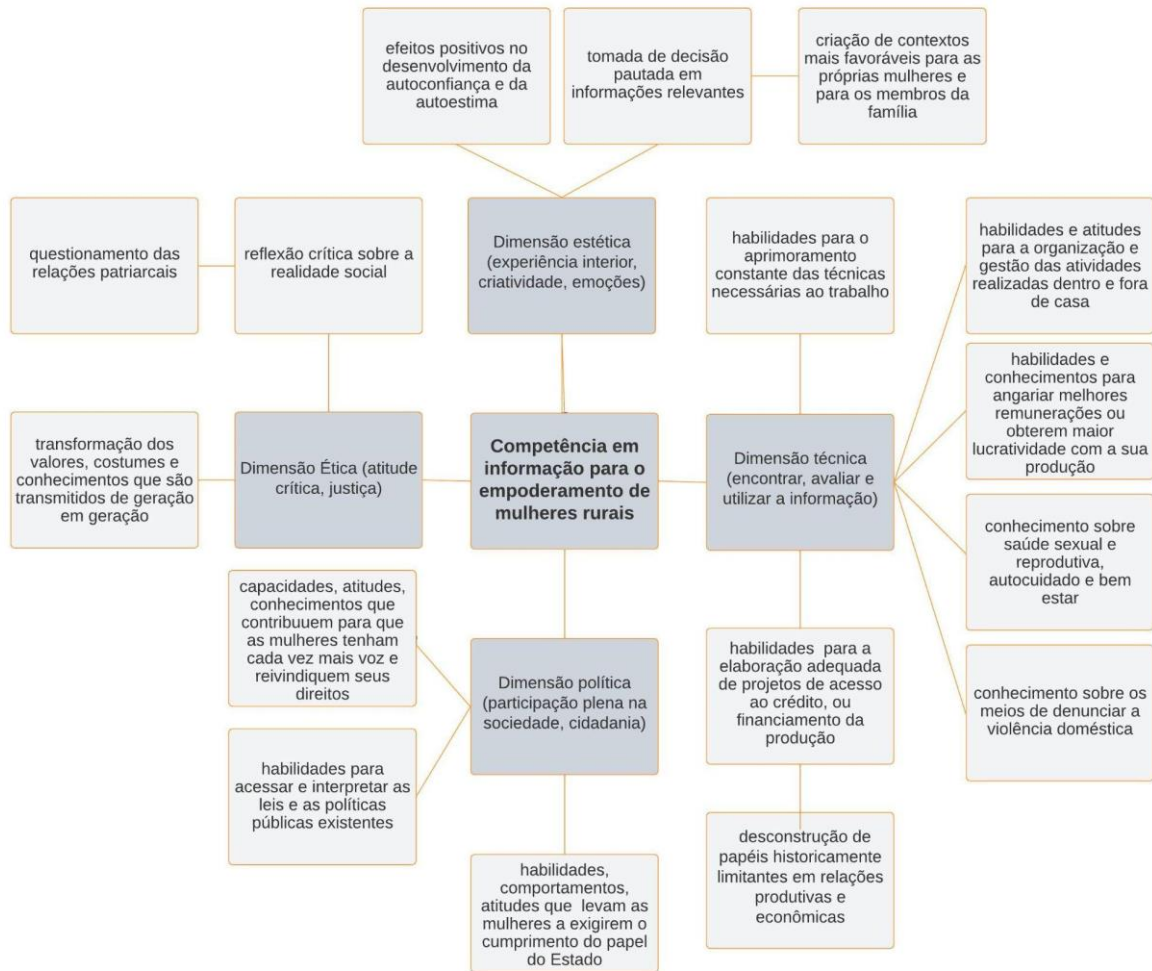
- h) por incorporar a dimensão estética, que se refere à experiência interior, individual (VITORINO; PIANTOLA, 2011), a competência em informação pode ter efeitos positivos no desenvolvimento da autoconfiança e da autoestima;
- i) o desenvolvimento da competência em informação pode facilitar a criação de diversos contextos (trabalho, educação, saúde, vida cotidiana etc.) mais favoráveis para as próprias mulheres e para os membros da sua família. Pautar a tomada de decisão em informações relevantes levará ao bem estar individual e coletivo. Isso se relaciona, principalmente, à dimensão estética, vinculada ao conhecimento, ao cuidado e zelo, à compreensão de si mesmas e do outro e à solução de problemas (VITORINO; PIANTOLA, 2020);
- j) em sua dimensão política, a competência em informação pode contribuir para que as mulheres tenham cada vez mais voz e reivindiquem seus direitos;
- k) o desenvolvimento da competência em informação, em sua dimensão política, pode levar as mulheres a exigirem, por exemplo, o cumprimento do papel do Estado na melhoria contínua da infraestrutura rural;
- l) ainda no âmbito da dimensão política, mulheres rurais competentes em informação terão, sem dúvidas, habilidades para acessar e interpretar as leis e as políticas públicas existentes, o que resultará em participação na comunidade, ou na vida pública, de forma igualitária, reforçando a cidadania.

Assim sendo, apresentamos, na Figura 2, as contribuições da competência em informação, nas dimensões de Vitorino e Piantola (2011, 2020), para o empoderamento de mulheres rurais de forma sintetizada.

Os apontamentos realizados, na Figura 2, sobre a competência em informação, nas dimensões técnica, estética, ética e política, são, em nosso entendimento, caminhos para o empoderamento das mulheres rurais por meio da informação. Compreendemos que o que está em foco aqui são as mudanças sociais e individuais advindas de maior nível de competência em informação colocadas na escala da vida cotidiana e do trabalho, ou seja, as possibilidades de ganhar poder e restabelecer, de forma mais igualitária, as relações sociais e sociofamiliares.

É importante mencionarmos, contudo, que a competência em informação e o processo de empoderamento nos parecem uma via de mão dupla. Quanto mais as mulheres desenvolverem o senso crítico, as habilidades para aprender a aprender, acessarem informações e usarem as TIC, mais terão poder. Por outro lado, quanto mais poder, mais terão condições de desenvolver a competência em informação.

Figura 2. Contribuições da competência em informação, nas quatro dimensões propostas por Vitorino e Piantola (2011, 2020), para o processo de empoderamento de mulheres rurais



Fonte: elaborada pelas autoras com base em dados obtidos na pesquisa.

7 Considerações finais

O desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais é uma temática ainda pouco explorada na literatura de Ciência da Informação, apesar de sua evidente relevância para o empoderamento, especialmente, quando associada ao acesso à informação, ao uso das TIC e ao aprendizado ao longo da vida.

As primeiras impressões obtidas acerca da temática já nos remetem à sua complexidade. Visualizamos que o desenvolvimento da competência em informação, nas dimensões técnica, estética, ética e política (VITORINO; PIANTOLA, 2011, 2020), pode contribuir de diversas formas na vida das mulheres rurais, deixando-as, inclusive, menos vulneráveis e atuando no restabelecimento das relações sociais e sociofamiliares. Contudo, não se trata de um processo simples e isolado, também não há uma “receita mágica”, já que muitas mulheres nem mesmo têm acesso à informação e às TIC e outras não conseguem dedicar tempo à aprendizagem devido à sobrecarga de trabalho.

Observamos, nesse sentido, a necessária interferência do Estado para melhorar a infraestrutura rural, de modo geral, implementar serviços de telecomunicações de qualidade e acessíveis à população, combater a violência que assola as mulheres, oportunizar o aumento da renda das famílias e, principalmente, agir sobre as desigualdades de gênero, melhorando as condições de vidas das mulheres.

Mesmo assim, acreditamos ser de máxima importância que educadores, pesquisadores e agências governamentais direcionem, cada vez mais, esforços em prol da competência em informação e do empoderamento de mulheres rurais, já que ambos envolvem a autonomia, a liberdade e a emancipação social destas. Maiores níveis de competência em informação e empoderamento podem resultar na inclusão plena das mulheres rurais na chamada sociedade da informação e do conhecimento e haverá efeitos positivos no desenvolvimento do meio rural e do país, como um todo.

Esperamos que os apontamentos realizados nesse artigo, bem como os resultados de pesquisas futuras venham a cooperar com os estudos de competência em informação, em nível nacional e internacional, e com o movimento mundial acerca do empoderamento de mulheres.

Referências

- ADEKANNBI, J. O.; ADENIRAN, O. M. Information literacy of women on family planning in rural communities of Oyo State Nigeria. **Information Development**, [s. l.], v. 33, n. 4, p. 351-360, set. 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0266666916661387>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- AGUIAR, V. V. P.; STRAPASOLAS, V. L. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.
- AKSORNKOLL, N. **Literacy rural women**. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000140697>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social?: uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/debates/article/view/26722/17099>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.
- BILGE, S. Théorisations féministes de l'intersectionnalité. **Diogene**, [s.l.], v. 225, n. 1, p. 70-88, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.htm#>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BONFIM, E. G.; COSTA, M. C.; LOPES, M. J. M. Vulnerabilidade das mulheres à violência e danos à saúde na perspectiva dos movimentos sociais rurais. **Athenea Digital**, Espanha, v. 13, n. 2, p. 193-205, jul. 2013. Disponível em: https://ddd.uab.cat/pub/athdig/athdig_a2013m7v13n2/athdig_a2013m7v13n2p193.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BONI, V. **De agricultoras a camponesas: o movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. 2012. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100720/310923.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MDA). **Mulheres rurais se destacam em diferentes atividades e buscam acesso a direitos**. Brasília: MDA, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mulheres-rurais-se-destacam-em-diferentes-atividades-e-buscam-visibilidade-para-seus-direitos>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2015. Disponível em: http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/RelatorioAnualSocioeconomicodaMulher_2014.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- CASTEL, R. La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation. **Cahiers de recherche sociologique**, n. 22, p. 11-27. Disponível em: <https://www.erudit.org/fr/revues/crs/1994-n22-crs1516985/1002206ar.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- CINTRÃO, R. P.; SILIPRANDI, E. O progresso das mulheres rurais. In BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.
- COONAN, Emma *et al.* Definición de alfabetización informacional de CILIP, 2018. **Anales de Documentación**, Murcia, Espanha, v. 23, n. 1, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/373811/277781>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CUEVAS-CERVERÓ, A.; MARQUES, M.; PAIXÃO, P. B. S. A alfabetização que necessitamos: informação e comunicação para a cidadania. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 24, n. 2, p. 35-48, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/16619/11489>. Acesso em: 14 dez. 2022.

CUNHA, T.; GARRAFA, V. Vulnerability: a key principle for global bioethics? **Cambridge Quarterly of Healthcare Ethics**, Berkeley, CA, v. 25, n. 2, p.197-208, 2016. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/cambridge-quarterly-of-healthcare-ethics/article/vulnerability/EBA6F98309E0E833EACE7E1AD8E6F1E2>. Acesso em: 14 dez. 2022.

DI SABBATO, A. *et al.* **Estatísticas rurais e a economia feminista um olhar sobre o trabalho das mulheres**. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19444/CDBR17069076p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS. **Declaração de Alexandria sobre competência informacional e aprendizado ao longo da vida**. Alexandria: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/wsis/Documents/beaconinfsoc-pt.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Farming for the future communication efforts to advance family farming**. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i4223e.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

GARRAFA, V. Inclusão social no contexto político da bioética. **Revista Brasileira de Bioética**, Brasília, DF, v.1, n. 2, p. 122-132, 2005. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/download/8066/6606/>. Acesso em: 14 dez. 2022.

Gender equality and women's empowerment. Roma: IFAD, 2012. Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/38714170/40706239/Gender+Equality+and+Women's+Empowerment.+Policy+brief.pdf/dae0ce4-3f75-4056-aca4-9673851290ac>. Acesso em: 14 dez. 2022.

HERRERA, K. M. Repensando o valor social do trabalho das mulheres rurais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.vwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499449704_ARQUIVO_Herrera_Karolyna.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

INTERNATIONAL FUND FOR AGRICULTURAL DEVELOPMENT. ISENBERG, S. **Investing in information and communication Technologies to reach gender equality and empower rural women**. Roma: FAO, 2019. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca4182en/ca4182en.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

KLEBA, M. E; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, SP, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18n4/16.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LASSAK, S. Lutando por terra e vida! **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 238-280, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/8070/5712>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LUGONES, M. Colonialidad y género. **Tabula rasa**, Colômbia, n. 9, p. 73-102, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

NOBRE, M. *et al.* **Atlas de las mujeres rurales de América Latina y el Caribe: al tiempo de la vida y los hechos**. Santiago do Chile: FAO, 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-i7916s.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Brasília: ONU MULHERES, 2016. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Igualdade de gênero**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/fieldoffice/brasil/expertise/gender-equality>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **Alfabetización mediática e informacional**. Paris, 2017. Disponível em: <https://www.unesco.org/es/media-information-literacy>. Acesso em: 14 dez. 2022.

OVIEDO, R. A. M.; CZERESNIA, D. O conceito de vulnerabilidade e seu caráter bio-social. **Interface**, Botucatu, n. 53, p. 237-250, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/i/icse/a/5BDdb5z4hVMNn58drsSzkf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PACHECO, M. E. L. Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 4, p. 4-8, dez. 2009. Disponível em: https://aspta.org.br/files/2019/10/Agriculturas_Dez_Site_EdConvidado-1.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

PAULILO, M. I. O peso do trabalho leve. In: PAULILO, M. I. **Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo**. Florianópolis: UFSC, 2016.

PAULILO, M. I. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21700.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PAULILO, M. I.; DE GRANDI, A.; SILVA, M. M. Mulher e atividade leiteira: a dupla face da exclusão. In: PAULILO, M. I.; SCHMIDT, W. (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 2003.

PELLEGRINI, Eliane. **Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento**. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/234847/PCIN0295-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.

PITANGUY, J. *Advocacy* e direitos humanos. In: BARSTED, L. L.; PITANGUY, J. (org.). **O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro: ONU Mulheres, 2011. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

ROCHA, B. N. et al. A dimensão de gênero no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS): alguns apontamentos teóricos e analíticos. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Brasília, DF, n. 16, jan./jun. 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7947/1/BRU_n16_Dimens%C3%A3o.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

SAMPLE, A. Historical development of definitions of information literacy: a literature review of selected resources. **The Journal of Academic Librarianship**, [s. l.], v. 46, n. 2, p. 1-8, jan. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133319305026>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SAN PEDRO, P. **El individuo como agente del cambio: el proceso de empoderamiento**. Madrid, Espanha: FRIDE, 2006. Disponível em: <https://docplayer.es/28976549-El-individuo-como-agente-del-cambio-el-proceso-de-empoderamiento.html>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SATUR, R. V.; SILVA, A. M. da. A aprendizagem visando a competência em informação na sociedade em tempos de infoesfera. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 10, n. esp., p. 2-22, mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/48660/29748>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SCOTT, P.; RODRIGUES, A. C.; SARAIVA, J. das C. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos sociais. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SHABI, I. N. Information literacy: a catalyst for health information seeking and empowerment among women in rural communities in Nigeria. **PNLA Quarterly**, [s. l.], v. 76, n. 3, p. 66-74, abr. 2012. Disponível em: <https://catalog.ihnsn.org/citations/63320>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SHAHIDA; SAMI, L. K. Rural women empowerment: an alternate vision. **International Journal of Advance Research and Innovative Ideas in Education**, Gujarat (Índia), v. 1, n. 5, p. 515-518, 2015. Disponível em: http://ijariie.com/AdminUploadPdf/Rural_Women_Empowerment_an_alternate_vision_ijariie1473_3_.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

SILIPRANDI, E. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, D. P.; MEDEIROS, L. S. de (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2013/06/mulheres_camponesas_11.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

STROMQUIST, N. P. **Literacy and empowerment: a contribution to the debate**. Paris: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187698>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TEDESCHI, L. A. Os desafios do empoderamento de mulheres agricultoras: notas sobre uma experiência vivida. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 45, p. 139-154, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/30299/17806>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R.; SILVA, T. E. da. Fontes de informação digital: critérios de qualidade. In: TOMAÉL, M. I.; ALCARÁ, A. R. (org.). **Fontes de informação digital**. Londrina: Eduel, 2016.

UIL. **Alfabetización y empoderamiento de las mujeres: historias de éxitos e inspiración**. Hamburgo: UIL, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000228118>. Acesso em: 14 dez. 2022.

VITORINO, E. V. A competência em informação e a vulnerabilidade: construindo sentidos à temática da “vulnerabilidade em informação”. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 47 n. 2, p. 71-85, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/download/4187/3794>. Acesso em: 14 dez. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. **Competência em informação: conceito, contexto histórico e olhares para a Ciência da Informação**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/212553/E-book%20Compet%20em%20informa%20a7%20a30%2031ago20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 dez. 2022.

VITORINO, E. V.; PIANTOLA, D. Dimensões da competência informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 40, n.1, p. 99-110, jan./apr. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/ci/a/SjcbWRPPfNPjhF5DhFTSkcv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2022.

WANDERLEY, M. de N. B. “Franja Periférica”, “Pobres do Campo”, “Camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 14 dez. 2022.

Dados das autoras

Eliane Pellegrini

<https://orcid.org/0000-0001-5900-9753>.

elianepellegrini@gmail.com

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre em Ciência da Informação (2016) e Bacharel em Biblioteconomia (2009) pela mesma instituição. Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Competência em Informação (GPCIn). Bibliotecária (CRB 14/1218) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Elizete Vieira Vitorino

<https://orcid.org/0000-0003-2462-6553>.

elianepellegrini@gmail.com

Bolsista Produtividade CNPq, Nível 2, Processo: 308821/2019-0, a partir de março de 2020. Pós doutora pela Faculdade de Letras (FLUP), da Universidade do Porto (UP), Portugal, no período de jan. 2015 a jan. 2016 por meio da Agência de Fomento CAPES e do Programa Estágio Sênior no Exterior (Processo: BEX 2398/14-1). Pós-doutorado em andamento na Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) na área da Ciência da Informação (período de 20/06/2022 a 19/12/2022). Doutora em Engenharia de Produção (2004) na área de Mídia e Conhecimento e Educação a Distância (EaD) e Mestre em Engenharia de Produção (1996) na área de Gestão da Qualidade em Bibliotecas, ambas titulações conferidas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduação em Biblioteconomia pela UFSC (1991). Professora concursada (2006) e pesquisadora do Departamento de Ciência da Informação (CIN), Centro de Ciências da Educação (CED), da UFSC com atuação nos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Ciência da Informação. Desde o ano de 2006 dedica-se, além do ensino, extensão e administração na UFSC, à pesquisa na área da competência em informação (information literacy). É Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) em nível de mestrado e doutorado, cujas disciplina e orientações se desenvolvem na área da competência em informação. É fundadora e líder do Grupo de Pesquisa GPCIn - Competência em Informação, cadastrado no CNPq e certificado pela UFSC desde o ano de 2006.

Received: 2020-21-04

Accepted: 2023-12-11



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 United States License.



This journal is published by the [University Library System](#) of the [University of Pittsburgh](#) as part of its [D-Scribe Digital Publishing Program](#) and is cosponsored by the [University of Pittsburgh Press](#).